



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140841 - RJ (2021/0002718-9)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : RENAN HENRIQUE DA SILVA CARVALHO (PRESO)
RECORRENTE : CHARLES VIANA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : RAFAEL CRESPO - RJ135390
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORRÉU : UESLEI SANTOS DE JESUS
CORRÉU : EDGAR DE SOUSA TORRES
CORRÉU : EDGAR DE SOUZA TORRES
CORRÉU : ZAQUEL DA SILVA RANGEL
CORRÉU : ANDRE LUIZ DIAS DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RENAN HENRIQUE DA SILVA CARVALHO e CHARLES VIANA DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0068185-90.2020.8.19.0000).

Os recorrentes foram presos preventivamente em 15/1/2018, tendo sido denunciados, juntamente com outros corréus, como incurso no art. 121, § 2º, incisos IV, V e VII, c/c o art. 14, inciso I; art. 121, § 2º, incisos IV, V e VII, c/c o art. 14, inciso II (por 4 vezes), ambos do CP, art. 35, c/c o art. 40, inciso IV, ambos da Lei n. 11.343/2006, todos em concurso material.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

Sustentam os recorrentes que haveria excesso de prazo na instrução, considerando que estariam presos desde de 15/1/2018 sem que tenham contribuído para o atraso na entrega da prestação jurisdicional, com a redesignação da sessão plenária marcada, e o deferimento de diligências pleiteadas pelo *parquet*.

Requerem, liminarmente e no mérito, o provimento da insurgência com a expedição de alvará de soltura em seu favor para que possam responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão (fls. 54-55).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente